

PRÓXIMOS PASSOS

ACM defende reforma no Ministério

Segundo senador, presidente deve promover mudanças "para tornar governo mais eficiente"

ODAIL FIGUEIREDO

SALVADOR — Ao criticar ontem as deficiências do sistema portuário brasileiro, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), acabou tocando num dos assuntos sobre os quais o presidente Fernando Henrique Cardoso mais tem evitado: reforma ministerial. Mesmo sem cobrar urgência, ACM afirmou que, "na hora própria", o presidente deve promover uma reforma "para tornar o governo mais eficiente".

Ele aproveitou as críticas aos portos para dizer que, nessa área, o que falta é coragem política, pois já existem os instrumentos legais. "É inacreditável que o Brasil ainda tenha custos portuários três ou quatro vezes maiores que no exterior", comparou o senador.

Sem mencionar explicitamente o Ministério dos Transportes, o presidente do Senado observou que a política portuária continua emperrando o desenvolvimento do País, "por incapacidade dos homens públicos de enfrentar o corporativismo".

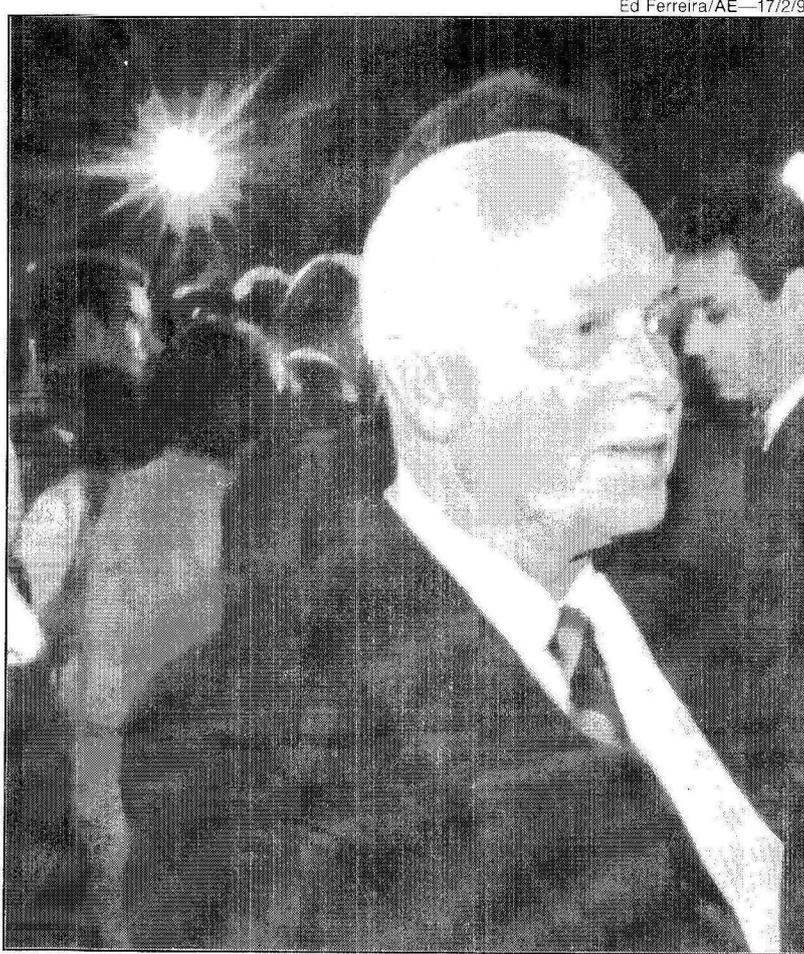
Segundo ele, o governo já tem os instrumentos legais para promover uma reforma profunda e entregar a administração dos portos à iniciativa privada. "Falta apenas coragem de realizar."

O ministro interino dos Transportes, Alcides Saldanha, reagiu com ironia às críticas de ACM à lentidão do processo de concessão dos portos. "É muito fácil domar o cavalo quando se está sentado na cerca", notou. Saldanha disse que, até o final do atual governo, toda a operação portuária no Brasil estará sendo feita por empresas privadas.



SALDANHA
REAGE A
COMENTÁRIOS
COM IRONIA

mou Saldanha, lembrando em seguida que, na Inglaterra, a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher demorou seis anos para entregar completamente os serviços portuários para a iniciativa privada. Para



Ed Ferreira/AE—17/2/97

O presidente do Senado: críticas ao atraso na privatização dos portos

O ministro, que participou à tarde do seminário sobre investimentos no Nordeste, patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destacou que o governo teve de negociar as mudanças nos portos com os trabalhadores antes de iniciar a privatização.

"O País ainda é uma democracia, graças a Deus", afirmou

ACM, a reforma não mudaria a cota de ministérios de cada partido. Lembrou que o presidente já declarou que o PMDB continuará tendo os mesmos ministérios que comanda hoje. "E eu não creio que o PFL saia mais forte ou mais fraco da reforma", disse. "Essas reformas são para o País, não para o governo."

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que também participa do seminário em Salvador, negou a possibilidade de o presidente Fernando Henrique fazer uma reforma ministerial. Segundo Tasso, as mudanças vão ficar restritas aos Ministérios da Justiça e dos Transportes. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, foi indicado para uma vaga do Supremo Tribunal Federal (STF), e o dos Transportes é interino.

■ *Mais informações sobre o seminário no caderno de Economia*

FH pede reforma do Poder Judiciário

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem a necessidade de uma reforma do Judiciário, neste momento de "transformações profundas" que o Brasil atravessa, segundo afirmação do porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral. "O Estado está sendo reformado e a forma de gestão do Estado também está se transformando", afirmou Amaral. "Será que não seria razoável que o Judiciário também passasse por ajustes que reflitam as profundas transformações que o País está passando?" O projeto de reforma do Poder Judiciário tramita no Congresso.

As afirmações do porta-voz dão seqüência à tensão entre Executivo e Judiciário, que se agravou na semana passada depois de declarações do presidente, ouvidas por fotógrafos, no dia da votação do reajuste de 28,86% concedido a 11 servidores públicos. Fernando Henrique teria dito: "Eles não pensam no Brasil."

Ontem, o presidente reagiu às críticas da Carta de Macapá, dos presidentes dos Tribunais de Justiça do País, de que o Executivo está concentrando poder e colocando em risco a normalidade institucional e a supremacia da lei.

"É preciso saber onde está ocorrendo a concentração de poder", afirmou Amaral. "Será que concentração de poder é o fato de o Executivo dispor de uma maioria no Congresso, ou estar executando um programa de mudanças que tem o apoio da sociedade?" Segundo Amaral, o presidente "não acredita" numa crise entre os dois Poderes. "O importante é que se mantenha o respeito à competência de cada um dos poderes."